

Sarney tenta mudar a cena. E governar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

No início de seu governo, uma das primeiras queixas feita pelo presidente José Sarney foi de que as ordens por ele dadas custavam a produzir efeito ou até não eram cumpridas. Uma série de determinações morria no meio da linha, sem chegar ao fim, e a explicação, em seu entender, estava na máquina administrativa federal, emperrada, viciada e despreparada para o exercício do poder. Poderia ter dito às vezes também corrompida, mas se poupou da crítica inicial. Decorridos três anos, pouco mudou.

Amanhã o presidente reúne o Ministério para uma espécie de tentativa de virar o jogo. Dará ordens aos ministros e espera não só que eles as cumpram, pessoalmente. Deverão transmiti-las aos escalões inferiores para desdobramento inflexível. O ponto central das diretrizes da reunião repousará na contenção de gastos públicos e na obrigatoriedade de cada ministério ater-se aos recursos alocados no orçamento. O novo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, tem instruções para ser ranzinza, impopular, mau, péssimo e até horroroso, mas não liberar recursos extraordinários sob hipótese alguma.

Essa questão, de resultados ainda imperscrutáveis, já que um esforço desses jamais deu certo no País, conduz a outra de igual importância, que também será objeto de debate no Ministério. Não é apenas no tocante aos gastos públicos que as ordens deixam de ser cumpridas. Tem sido a mesma coisa na tentativa de punição dos responsáveis por falcatruas, ladroagens, malandragens e sucedâneos, praticados por funcionários públicos, acobertados por eles ou desenvolvidos à custa do Erário. No fim, o ônus é jogado por inteiro sobre os ombros do presidente, que o detém em parte, mas, na maioria dos casos, imagina estarem sendo tomadas providências e exige conseqüências que jamais acontecem.

Ontem, por coincidência, dizia o deputado Paulo Mincarone, segundo-vice-presidente da Câmara, ter entregue ao procurador-geral da República, em 23 de abril de 1986, farto material demonstrativo de irregularidades praticadas pelo então presidente do Serpro, José Dion de Melo Teles. Irregularidades, só, não: crimes de lesa-pátria. Mincarone prestou a comissão parlamentar de inquérito que investigou o assunto e, antes mesmo da conclusão dos trabalhos, diante da contundência das provas, pretendeu que o governo tomasse providências. Mandou o mesmo material para o então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e ficou gratamente surpreso ao ver que ele, três meses depois, mandou demitir Dion de Melo Teles e toda a diretoria do Serpro. O problema é que a Procuradoria Geral da República, até hoje, não ofereceu denúncia contra o ex-funcionário, por sinal morando em Paris, com fazen-

das e propriedades variadas pelo Brasil. Disse o deputado que até a preciosa pinacoteca da empresa Dion levou para casa. Adquiriu computadores para informatizar as Forças Armadas e criou empresas, com seus amigos, para explorar aqueles serviços.

Hoje, diz Mincarone, Dion de Melo Teles e seus comparsas zombam da consciência crítica do País. Perto de cinco mil documentos comprobatórios de seus crimes foram entregues à Procuradoria Geral da República, boa parte deles fornecida pelo Banco Central. E onde estão os resultados? Nem sequer houve denúncia. Se elementos dessa natureza são insuficientes para a mera acusação a criminosos que com tanto despudor infelicitam o País e criam a descrença nas instituições, então o que será necessário para evitar a impunidade? Talvez, só mesmo, como ironiza o procurador-geral da República, no dia em que atos de corrupção e de suborno forem praticados através de escritura pública ou tiverem permissão para ser abatidos no Imposto de Renda...

Como o episódio referido por Paulo Mincarone, muitos outros existem. O presidente Sarney mandou apurar, determinou a seus ministros ação imediata, estes transferiram a missão para auxiliares, que, por sua vez, acionaram outros auxiliares. Assim, num processo em cadeia, mas inimigo da cadeia, tudo continua na mesma.

Não há um responsável, nem se fará a injustiça de supor que qualquer das autoridades maiores ou menores chamadas a atuar estejam envolvidas com ação criminosa ou sequer neutralizadas por quem à praticou. Mas resultados, nem pensar. Obviamente que essa intrincada equação, verdadeira corrida de obstáculos, não se situa nem se resolve apenas na esfera do Executivo. É freqüente denúncias entrarem em cone de sombra quando chegam ao Judiciário. Casos conhecidos arrastam-se de tribunal em tribunal sem conseqüências práticas.

Colhiam-se informações, ontem, de que Sarney pretende enfrentar a questão — não se limitar a dar a opinião pública uma explicação detalhada sobre onde se encontram as denúncias, missão que solicitou do consultor-geral da República, Saulo Ramos, mas apertar os parafusos das estruturas de poder sob sua alçada. Gostaria de deixar o Palácio do Planalto, daqui a dois anos, sem que o governo tivesse deixado de tomar uma só das providências ao seu alcance. Para ele, há de se ter muito cuidado com questões ligadas à honrabilidade dos cidadãos, evitando precipitações e injustiças, mas chegou o momento de dar o exemplo. A permissividade registrada em todo o meio social não terminará com a ação do Executivo, dentro de seus limites, já que envolve amplos setores da sociedade civil. Mesmo assim importa demonstrar transparência.